

CRÍTICA DO SENSO COMUM MILITANTE

Vai-se desde uma teoria do reconhecimento até um Heidegger filtrado por autores franceses do fim do século passado... Essa não organização é um dos aspectos cruciais do senso comum militante



por Thiago Martins

Não é de hoje que a importação de ideias é tema no Brasil. Há toda uma tradição crítica que podemos remontar a Antonio Candido, Roberto Schwarz, Paulo Arantes e outros que fizeram desse problema tema de suas reflexões. Entretanto, parece ainda fazer sentido desvelar a genealogia das ideias que aportam aqui no Brasil, no qual, exceto em alguns pensamentos já bastante desprovincianizados, insiste-se na submissão tradicional do que se pensa no país ao que está na moda no centro do mundo.

O centro do mundo, porém, está sempre mudando. Ontem foram as culturas da Europa rica: França, Inglaterra, as vezes até Alemanha hoje, o império dos Estados Unidos. Naqueles ou nestes o processo é muito similar: a voga das teorias do momento abafam e mesmo obstruem o desenvolvimento de tradições que a muito custo se esforçam por desenvolver aqui. Mas, como é que se dá essa importação? Porque afinal de contas, se possuímos essa tal tradição crítica brasi-

leira, continua-se a seguir a moda intelectual internacional, por vezes tão banal e pouco inventiva?

Essas duas questões são muito importantes e o desejo de respondê-las muito salutar. No entanto, faremos o caminho contrário: mostrar que função desempenham aqui estas ideias. Dizendo de outro modo, qual o arranjo que tomam aqui estas ideias e a que interesses servem. No mar de opções que ilustrariam esse fenômeno, escolheremos somente alguns que se apresentam hoje como a moda mais visível: a política de identidades.

I. Privilégios e opressões

Todos aqueles que participam de alguma discussão a respeito das questões identitárias ouve por todo lugar o mesmo vocabulário: visibilidade, legitimidade, lugar de fala, privilégio, sofrimento etc. Se não fosse a ocorrência constante, esse rol de palavras seria simplesmente

o resultado comum de um debate, noções que se mostraram as mais capazes de expressar as conclusões teóricas a que esses grupos chegaram, ou a síntese de pensamento de um movimento. Não cremos que seja assim.

Certa vez, ao participar de uma roda de conversa sobre sexualidade, ouvi de uma participante: “Os gays, por serem cis, detêm privilégio em relação aos bissexuais, estes não-binários. Uma família aceita melhor um parente gay por que ele é só isso, gay, algo facilmente identificado, já os bissexuais aparecem para a sociedade como pervertidos, por oscilar entre homens e mulheres. Os gays oprimem os bissexuais.”

Obviamente me espantei com a declaração. Não somente era uma novidade que os gays fossem melhor “aceitos” socialmente por serem “simples”, mas também que eles fossem opressores e como tais seria preciso “desconstruir” seus “privilégios” tomando-lhes a fala. Porém, se observada a lei de visibilidade do sofrimento bissexual, isto é, a adesão silenciosa ao discurso testemunhal, os gays seriam admitidos como aliados.

Saí logo depois. Com a exceção de uma fala, de um gay, todos as outras faziam coro a essa profissão de princípios: “desconstrua seus privilégios ou senão fora!”. Como ainda era um mistério para mim o sentido de “desconstruir privilégios”, peguei minhas coisas e fui embora com uma questão: como fomos parar aqui?

Esse pequeno relato serve de amostra do que impera nas discussões desse gênero. Participei de várias outras, em algumas delas com pessoas bastante estudiosas e militantes, e sempre me deparava com aquelas mesmas palavras e lema: desconstrói-te ou fora. Até que decidi afinal, agora me haviam revelado que nós gays oprimíamos e invisibilizávamos, o que é inadmissível para aqueles dentre nós que lutam pela emancipação social e política, decidi estudar como estava a situação desse vocabulário, seus usos e suas consequências.

II. Ele está no meio de nós

O que primeiro descobri é que se trata de um senso comum. Há vários pensadores que sistematizaram e pensaram isso que se fala a torto e a direito, mas não somente são raramente citados, o que por si só não é um problema, afinal movimentos sociais não são grupos de estudo; mas também trata-se sempre das mesmas palavras, ditas do mesmo modo, com o mesmo sentido e não é possível que uma corrente de pensamento tenha tamanha coesão, ou limitação, que obrigue a repetição *ipsis literis* de um vocabulário.

Já pela leitura dos termos, podemos observar a salada conceitual que está diante de nós: vai-se desde uma teoria do reconhecimento até um Heidegger filtrado por autores franceses do fim do século passado. Essa não organicidade é um dos aspectos cruciais do que estou chamando aqui de senso comum militante.

Como acontece às várias espécies de senso comum, o todo é mais importante que a articulação entre as partes: é preciso torná-lo um credo em que as passagens e mediações são frágeis, inclusive para a sua adaptação e pequenas alterações que não afetem o todo. Que os pobres não gostem de trabalhar e por isso são pobres o senso comum preconceituoso sabe, mas se perguntarmos a ele os motivos históricos, sócias e políticos desse “fato” não haverá resposta que não seja um círculo vicioso e reposição da mesma tese. No senso comum que apontamos aqui há um complicador, entre muitos: a ação política. Fim último de tais formulações, a todo tempo a ação política flagra a inadequação dos usos e prejuízos dos resultados. Mas o círculo não se quebra e a tese ressurgue intacta reiniciando o percurso argumentativo.

Vejamos um exemplo, do que chamo

coeficiente de sofrimento, operação pela qual se estabelecem os valores e contra-valores das falas políticas e de seus locutores.

Se houver um debate em que estão presentes mulheres e homens, as mulheres detêm o “lugar de fala” principal. Havendo mulheres negras, este lugar passa para elas. Se houver ainda mulheres negras habitantes da periferia, o bastão está nas mãos delas, até que se chegue até a fala detentora do maior coeficiente de sofrimentos e a infinita modulação de sua identidade.

Ora, ninguém negará que a opressão social nestas mulheres apresenta a sua face mais cruel, violenta e inumana; que as mulheres de classe média e da elite estão submetidas a opressões de tipo aparentemente mais brando e que estas últimas pertencem, em geral no Brasil, as mulheres brancas. Até aqui, nada que não seja admitido por qualquer um com sensibilidade e posição política progressista.

Os objetivos porém não são aqueles familiares a esquerda. Primeiramente, trata-se, antes de tudo, de uma questão de autoestima. As pessoas com o maior coeficiente de sofrimento sofrem com a sua imagem discriminada pela sociedade, discriminação que chega aos níveis mais íntimos como o da beleza e dos relacionamentos amorosos. Depois, espera-se que estas pessoas deem testemunho de sua vida, seguido de um empiedamento mudo. De outro modo, será invisibilização de sofrimento. Não estamos longe do sublime da imitação de Cristo prescrita por certas vertentes cristãs: quem carrega consigo todos os sofrimentos do mundo?

III. O privado, o íntimo e o público

O outro aspecto que me chamou a atenção quando investigava esse admirável mundo novo contemporâneo foi como são tratadas as relações eróticas por esse senso comum. O lado mais francamente fascista dessa política. Digo fascista apesar do desgaste que esta palavra vem sofrendo, o nosso tempo é um tempo sombrio! Mas que ainda tem o que dizer. Utilizo-a significando uma socialização completa dos indivíduos

em que o existente é o necessário.

Ocorreu-me outra história. Um conhecido me contava a sua mais recente aflição. A relação que mantinha com sua companheira estava muito mal e ele buscava uma solução. Pelo seu relato ela recusava manter uma conversa decisiva sobre isso lhe causando bastante confusão. Depois de me pedir um conselho, eu lhe sugeri que dissesse a ela seus sentimentos, expectativas e frustrações. Ao que ele me respondeu: Mas isso seria machista!

Ouve uma palavra de ordem usada por feministas no século passado que dizia “tudo é político”. Com isso se quis dizer que as questões privadas, como a violência doméstica, são politizáveis. O ganho foi enorme, já que com isso o que antes era considerado privado, assunto a ser resolvido unicamente pelos envolvidos era agora assunto público e legal. Tudo o que é privado é politizável. Mas a modernidade inaugurou também um outro espaço: o da intimidade. Esta herança rousseauista se tornou para muitos um dos poucos lugares que restavam da privatização da vida operada pela sociedade burguesa.

Se as feministas hoje separam dois

tipos de feminismo, aquele primeiro moralista e essencialista e o contemporâneo revisionado, a atuação militante tem se mostrado bem aquém das mudanças teóricas. Os aspectos mais profundos das relações estão sob o policiamento paranoico de uma moral puritana na qual as relações livres são aquelas do contrato. Toda a sutileza do erótico deve sumir e assumir uma roupagem limpa, translúcida. Somente consciências sabedoras de seus interesses e dispostas a aceitar os termos do contrato são admitidas como capazes de relações amorosas.

Vemos esse policiamento, não exclusivo a algumas feministas é claro, expresso em lugares insólitos: desde a disposição mais “democrática” das cadeiras em uma sala, até a horizontalidade comunitária de todos falarem sentados. Há um rito para tudo aquilo que se considera importante: em mundo habitado por fantasmas é preciso mesmo munir-se de ritos de conciliação com o outro lado. A paranoia se trasveste em fé e o político esvanece

Desconstrução ou morte!

Como o lugar de fala do escritor deslegitima o seu texto e ele não tratou de se desconstruir, foi-lhe tirada a expressão. O autor então decidiu enviar como resposta algo satírica este pequeno trecho de uma comédia de ideias chamada “Desconstrução ou morte!”. Segue abaixo o texto assim como nos foi enviado.

Os editores

- Este texto claramente foi escrito por um homem cis. A ironia com que trata assuntos de delicadeza indizível é o sinal derradeiro de sua insensibilidade e expressão acabada de seus privilégios ainda não desconstruídos.
- Mas o texto, na verdade, busca questionar o caráter autoritário de fixar um vocabulário com expressão suficiente da verdade. Porque visibilidade seria o melhor conceito?
- Visibilidade só parece inadequado aqueles que de tanto invisibilizar sofrimentos já não percebe a violência disso
- Mas por que esta palavra?
- Você não pode entender por que é homem cis.
- Sim, mas não sou capaz de pensamento?
- O pensamento racional falocêntrico eurocêntrico branco não nos exprime!
- Pois então, recuso esta seita exotérica de fascismo light que insiste em separar porque não entende a união. Que divide aquilo mesmo que a reprodução das opressões exige que permaneçam divididos: os oprimidos! A esse autoritarismo dizemos não! Não é a emancipação que buscam mas poder, poder das paixões tristes que imperam nesta terra arrasada desprovida de crítica e radicalidade autêntica.

